

CAPA

# O último ato da farsa

**GOVERNO ILEGÍTIMO COSTURA ACORDÃO QUE OBSTRUI A LAVA JATO, LIVRA A CARA DOS ALIADOS CORRUPTOS E ACERTA A VIDA DAS EMPREITEIRAS COM FINANCIAMENTOS CAMARADAS DO BNDES**

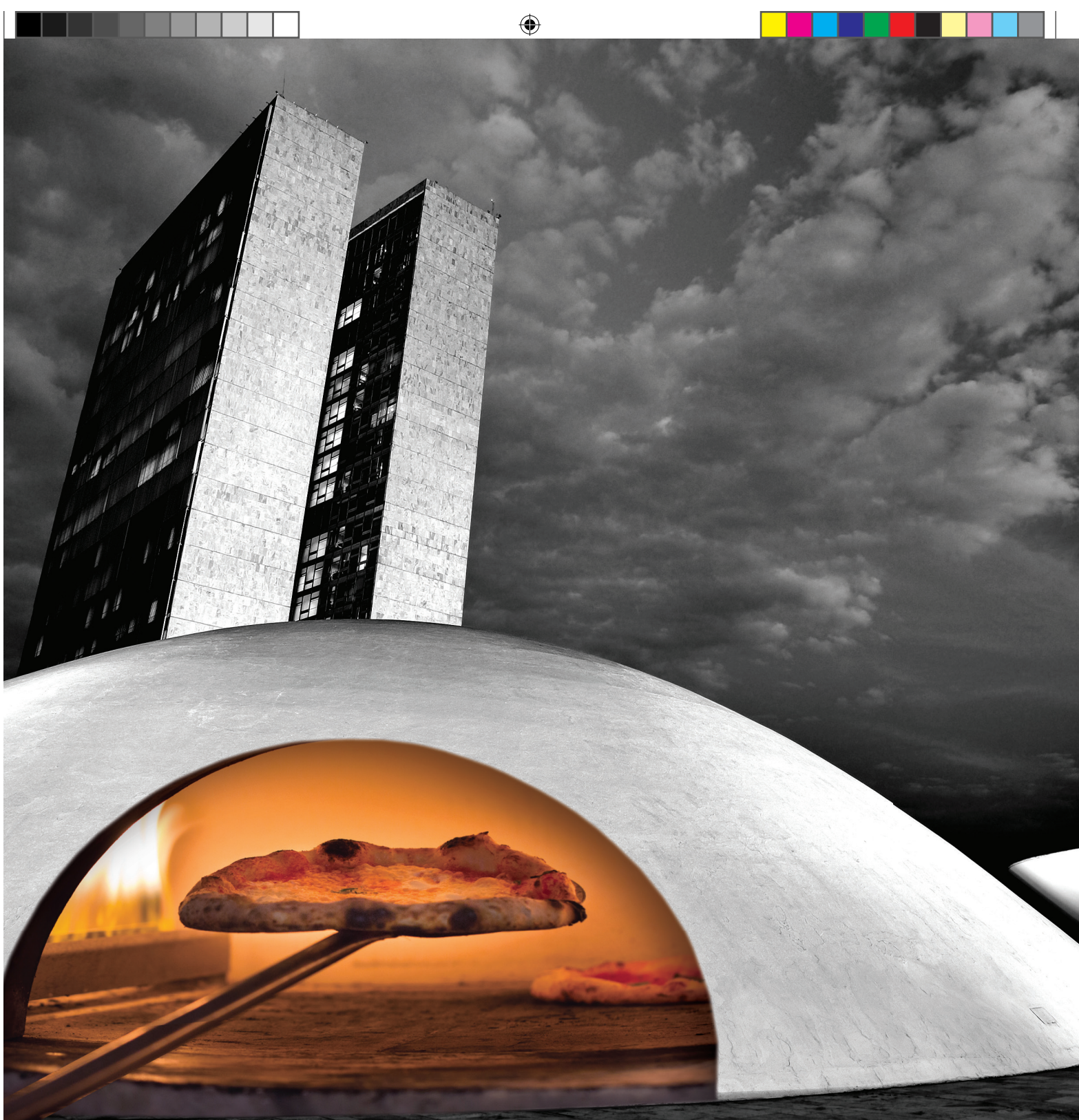
por ANDRÉ BARROCAL

**Q**uando os jornalistas receberam por e-mail o aviso do Ministério Público sobre a entrevista que dali a dois dias apresentaria a denúncia contra o ex-presidente Lula, o Supremo Tribunal Federal estava em festa. Dois mil convidados, um luxo nestes tempos de crise fiscal, reuniam-se na posse da mineira Cármen Lúcia no comando da Corte, cargo que ela acha errado chamar de “presidenta”, motivo de uma *data venia* público por parte do professor Pasquale Cipro Neto. Entre os convivas, um desfile de autoridades. O presidente Michel Temer, os senadores Renan Calheiros, Aécio Neves e José Agripino, o



A “presidenta”  
Cármen Lúcia  
e convidado





LULA MARQUES/AGÊNCIA PT,  
LOU AVERSI/APF E ISTOCKPHOTO

procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o ex-presidente José Sarney, governadores. Todos em solene atitude enquanto Caetano Veloso cantava o Hino Nacional ao violão – sem encerrar, registre-se, com o “Fora Temer” dito por ele dias antes em um show em Paris. Cerimônia simbolicamente desoladora, na visão de uma autoridade presente. “Investigadores, investigados, julgadores,

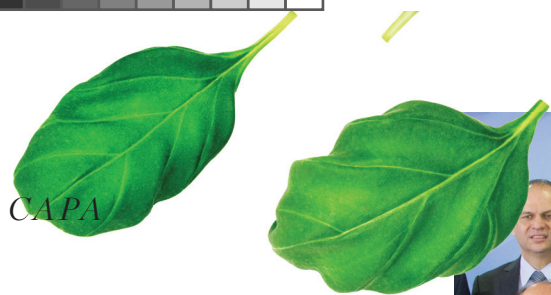
todos juntos... Vem pizza por aí.”

Não é um palpite sem sentido. Ao contrário. Brasília exala cheiro de muçarela, orégano e molho de tomate. Nas últimas semanas, acumulam-se pistas de que, com Dilma Rousseff cassada e Lula denunciado à Justiça, os donos do poder preparam um “acordão”, aquele pacto celebradamente descrito pelo senador Romero Jucá, presidente do PMDB, como

necessário para “estancar a sangria” causada pela Operação Lava Jato. Um acordo “com o Supremo, com tudo”, teorizava ele, para presumível satisfação de gente delatada ou processada na Lava Jato ou em outros escândalos, casos de Temer, Sarney, Calheiros, Aécio, Agripino e companhia.

No Congresso, negocia-se um perdão do caixa 2 eleitoral, ideia capaz de neutralizar os estragos de ecumênicas





delações premiadas discutidas por executivos de Odebrecht e OAS. No governo, a Advocacia-Geral da União ganhou novo ministro, a primeira mulher da equipe de Temer, após o antigo ocupante se meter na Lava Jato, uma polêmica que levou o demitido a falar em tentativa do governo de “abafar” as investigações. Do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) partem iniciativas com jeito de “cala-boca” em empreiteiras enroladas, especialmente a Odebrecht. No Ministério Público, Janot escolheu para vice um procurador de DNA tucano, ex-auxiliar de Aécio.

**A**té mesmo a esperada cassação de Eduardo Cunha encaixa-se nesse enredo. Sem utilidade à elite econômica e política após o *impeachment*, o réu por corrupção, por causa do seu prontuário, tornara-se um problema para as costuras do “acordão”. Resta saber apenas se, após a perda do mandato, o “homem-bomba” continuará o “homem-traque” visto até agora. Se falar – ou escrever, como prometeu –, pior para o preparo da pizza.

A ideia de anistiar o caixa 2 circula na Câmara e tem sido discutida pelo ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima. A proposta até possui um verniz nobre, a criminalização de doadores e recebedores de recursos “por fora”, uma irregularidade alcançada hoje somente pela legislação eleitoral. Mas esconde uma ideia talhada para esterilizar as delações de Odebrecht e da OAS. Seus dirigentes presos estão propensos a apontar o dedo para poderosos do pós-*impeachment*, como Temer (teria pedido 10 milhões de reais *cash* à Odebrecht), o chanceler José Serra (teria levado 23 milhões de reais da mesma empreiteira no exterior) e o senador Aécio Neves (teria ficado com 3% de uma obra da OAS em Minas).

Um dos principais negociadores do perdão é um deputado do PMDB do Maranhão, Hildo Rocha, vice-presidente



Os cavalheiros do gabinete acolhem uma mulher igual a eles

da Comissão de Finanças e Tributação. É também um dos poucos parlamentares dispostos a comentar abertamente o assunto. Para ele, todo dinheiro doado por empreiteira em eleições é propina disfarçada, por isso lidar com caixa 2 apenas por meio da lei eleitoral seria insuficiente. Como se trata de um setor recordista de contribuições de campanhas, todos os partidos interessam-se pelo tema e participam das conversas, diz Rocha.

A criminalização futura viria acompanhada de uma anistia de indecorosidades passadas até a eleição de 2014, a última com autorização para financiamento empresarial. Só escapariam do perdão repasses nos quais ficasse comprovado que o recebedor, antes ou depois do pleito, beneficiou seu mecenas com “ato de ofício”. Exemplo: um ministro que tenha armado uma licitação fajuta de modo a favorecer seu financiador. Neste caso hipotético, candidato e patrocinador não teriam anistia.

Deputado de primeiro mandato, Rocha pertence ao grupo político da família Sarney no Maranhão. O chefe do clã, José Ribamar, considera que uma delação da Odebrecht será “uma metralhadora (*decálibre*) ponto 100”, conforme confidenciou ao ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, em uma conversa gravada



Osório perdeu a AGU por denunciar a operação-abafa

ocultamente por este último, hoje um delator da Lava Jato. Quando a Operação foi a campo pela primeira vez, em 16 de março de 2014, o doleiro Alberto Youssef, uma das estrelas do espetáculo, foi preso em um hotel no Maranhão. Carregava 1,4 milhão de reais em espécie; consta que para fertilizar campanhas por lá, na eleição que aconteceria dali a sete meses.

**U**m veterano conhecedor da Câmara acredita que, por ser delicado e ter potencial para atrair uma saraivada de críticas, o perdão, se for levado adiante, será objeto de uma tramitação relâmpago e semiclandestina. Seria incluído com discrição no texto de alguma lei, para não





O homem-traque  
ainda pode falar  
- ou escrever -,  
como prometeu.

chamar a atenção da sociedade. Iria ao escrutínio do Senado já com um acerto prévio de que lá não seria nem represa- do nem reprovado. E chegaria às mãos de Temer com o compromisso presidencial de não vetar. Um roteiro já na cabeça de negociadores. “É uma discussão válida, mas que tem de ser feita com muito cuida- do, para os ‘ratos’ não passarem”, alerta o ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão, até o início do ano a atuar como represen- tante do Ministério Público no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A nomeação do novo vice-procurador- geral da República também é uma pista sobre os planos acomodáticos do po- der em Brasília. Janot nomeou um pro- curador que foi advogado-geral do gover- no Aécio em Minas Gerais por oito anos. Um tucano de berço, aliás. José Bonifácio Borges de Andrada é filho do deputado federal Bonifácio de Andrada, do PSDB. E mantém boas relações com Gilmar Mendes, cujas preferências partidárias dispensam apresentações, a quem suce- dera no posto de advogado-geral da União no fim da gestão FHC.

Ao escolher um vice com ligações com o PSDB, Janot faz aumentar a desconfian- ça de que não é sua intenção gastar ener- gia com as duas investigações solicitadas ao STF por ele contra Aécio. Uma sobre corrupção na estatal mineira Furnas, ou- tra sobre maquiagem de dados enviados a uma CPI pelo governo Aécio em Minas. Ambas são relatadas no Supremo por Mendes, um sinal de que a Procuradoria teria de despendar muita energia para contornar um magistrado que mais pa- rece guarda-costas de tucano.

Pelo que se ouve entre procuradores, a escolha de Borges de Andrada seguiu cál- culos políticos de Janot. Seria uma ten- tativa do chefe do MP de salvar a práti- ca iniciada na era PT de o procurador-ge- ral ser pinçado pelo presidente em uma lista tríplice eleita em votação feita en- tre procuradores. Assim que Temer as- sumiu, ainda como interino, surgiram

## PULVERIZADO CUNHA, QUE SERVIU DE INSTRUMENTO PARA O GOLPE, O PLANALTO TENTA AGORA FAZER TERRA ARRASADA DA OPOSIÇÃO

sinais contrários à ideia da lista. O mi- nistro da Justiça, o tucano Alexandre Moraes, defendeu que o governo pode- ria optar perfeitamente por uma livre no- meação. Temer se apressaria a dizer que não pretendia abandonar o uso da lista, mas de qualquer forma o cisma está no ar.

Com o novo vice, Janot estaria empe- nhado em construir uma liderança no MP que tenha condições de integrar a lis- ta tríplice e seja palatável para o governo. O procurador-geral tem só mais um ano de mandato e, segundo interlocutores, dá sinais de cansaço e de falta de rumo. Logo depois de Temer ter assumido interina- mente o Planalto, Janot teria comenta- do em conversas reservadas que dias pio- res viriam, presumível referência a um “acordão” contra as investigações. Teria ele se rendido de vez?

**N**a Procuradoria, há quem ve- ja na nomeação de Borges de Andrada uma tentativa de Janot de aliar-se aos tucanos para enfrentar o PMDB, hipó- tese que torna ainda mais remota a chan- ce de Aécio ser incomodado pelo MP. O PSDB, como se sabe, ameaça abandonar o governo se não forem adotadas certas medidas impopulares. Caso pule do bar- co, deixará Temer e sua trupe mais frá- geis em termos políticos. E peemedebista enrascado é o que não falta. Sergio Machado, ex-Transpetro, delatou Temer, Sarney, Calheiros e Jucá, entre outros. O presidente e seus ministros palacianos Eliseu Padilha, da Casa Civil, e Geddel Veira Lima podem ser incomodados pe- lo doleiro Lucio Funaro, preso e suspeito de ser um movimentador de dinheiro su- jo em nome de gente do PMDB.

O currículo dos peemedebistas foi a ra- zão para Borges de Andrada ter chegado ao posto que agora ocupa. Sua antecesso- ra, Ela Wiecko, deixara o cargo na véspe- ra da cassação de Dilma no Senado, após surgir um vídeo na internet a mostrá- -la em um ato contra o *impeachment* em Portugal, durante férias tiradas em ju- nho. Encontrada no celular pelo repór- ter que publicara a matéria sobre o vídeo, Wiecko disse, sem saber que era grava- da, que “não me agrada ter o Temer co- mo presidente”, já que ele foi delatado por Machado. A sinceridade tornou sua



permanência insustentável. Se não pedisse desligamento da função, seria exonerada por Janot. Pediu.

Aquele que “não agrada” a Wiecko empossou na quarta-feira 14 a primeira mulher de sua equipe. Por uma razão que nada tem a ver com simbolismos. Grace Mendonça assumiu a Advocacia-Geral da União, pois seu antecessor, Fabio Medina Osório, quis mexer no vespeiro da Lava Jato. Em 22 de agosto, a AGU pediu ao STF – e conseguiu – acesso ao maior inquérito da investigação, o 3.984, a conter uma penca de parlamentares. A intenção era usar o material para subsidiar novas ações de improbidade contra empreiteiras e políticos, um reforço às ações já existentes, a cobrar 23 bilhões de reais em reparos aos cofres públicos. O Planalto não gostou nada. Enxergou um risco para políticos e empresas com os quais não deveria brigar. E resolveu demitir Osório. O ex-AGU saiu à praça a dizer que o “governo quer abafar a Lava Jato”. Acusação negada publicamente por Padilha: “Não há absolutamente nada de parte do governo que não seja estimular a Lava Jato”.

Barrar novas ações de improbidade não é o único mimo do Planalto às empreiteiras. Do maior banco de fomento do País, hoje sob controle tucano, saem algumas iscas. Crédito subsidiado, no caso, uma forma de desestimular delações que possam vir a citar governistas poderosos. O BNDES reservou 5 bilhões de reais para usar até 2017 na “revitalização de ativos produtivos” pertencentes a empresas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial ou em crise financeira. Uma linha, segundo se ouve no banco, na medida para a Odebrecht.

A novidade foi divulgada 20 dias depois de despontarem na mídia sinais de que na delação de seus executivos a Odebrecht acionará a “metralhadora ponto 100”. O anúncio ocorreu em uma entrevista no

Andrada, vice de Janot, é Aécio desde criancinha



## O PLANALTO NÃO GOSTOU DE VER A AGU GANHAR ACESSO A UMA INVESTIGAÇÃO QUE COMPROMETE UMA PENCA DE GOVERNISTAS

Planalto com a presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos Marques, no dia em que o Senado começou a julgar Dilma Rousseff. Disputar os holofotes com o *impeachment* não ajudava a dar visibilidade à decisão do banco, mas talvez fosse melhor assim, sem estardalhaço – e sem questionamentos. Curiosidade: em reservado, Janot diz acreditar que empresas usam delações para arrancar socorro financeiro oficial.

Não foi a primeira vez que o BNDES ciscou na seara da Lava Jato na gestão de Maria Silvia. Uma das primeiras decisões da executiva foi criar uma força-tarefa para destravar financiamentos pendentes. Entre estes ao menos duas operações beneficiam a Odebrecht. Um empréstimo ao consórcio administrador do

Aeroporto do Galeão e outro àquele responsável pelas obras de duplicação da BR-163. A empreiteira é uma das líderes em ambos os consórcios.

Enquanto a pizza começa a assar em Brasília, um figurão foi queimado no Congresso e não poderá tirar proveito do provável “acordão” – quem sabe tenha mais sorte no Judiciário? Ao ser enforcado na segunda-feira 12 à noite, Eduardo Cunha transformou-se no primeiro parlamentar vítima da Lava Jato desde a cassação do ex-deputado petista André Vargas em dezembro de 2014. A Câmara não engoliu a explicação dele para ter negado, perante uma CPI e o Imposto de Renda, possuir contas na Suíça. Era tudo dinheiro de um truste, dizia ele. “Eu não menti à CPI!”, bradou Cunha da tribuna, antes de apelar aos colegas: “Não me julguem por aquilo que está colocado na opinião pública”. Em vão: 450 deputados apoiaram a degola dele, 10 votaram contra e 9 se abstiveram.

Nos dias que antecederam a votação, Cunha fez uma última tentativa de salvar a pele. Deu entrevistas a insistir que sua cassação ajudava na argumentação de que o *impeachment* de Dilma foi um golpe. Esperava angariar simpatia entre governistas e, sobretudo, do Planalto, onde é íntimo dos inquilinos, a começar por Temer, um presidente irritado com o coro de “golpista” que corre o País. Repetiu a alegação da tribuna durante a sessão em que foi chamado de “ladrão” pelo paraense Aliel Machado, da Rede, e de “psicopata” pela carioca Clarissa Garotinho, do PR. Consolo de Cunha: Rodrigo Maia, presidente da Câmara, mandou tirar dos anais a menção a “psicopata”.

O que não adiantou para livrar Maia da ira do evangélico degolado. Ao deixar o plenário já sem mandato, Cunha incluiu o presidente da Câmara na lista de seus carrascos, junto do PT e do Planalto. No caso do governo, citou um alvo específico, Moreira Franco, homem das